

1. INTRODUÇÃO

Recentemente foi vinculado na mídia a prisão e sentença de morte às quais um pastor cristão iraniano convertido foi submetido (MERICA, 2011). Ele foi condenado pela Lei da Apostasia que vigora no Irã. Neste país, qualquer pessoa pode se converter ao Islã a qualquer momento, mas se um muçulmano se converter a qualquer outra religião, poderá ser condenado a morte. O caso do pastor Youcef Nadarkhani pode ter se tornado o símbolo da luta por mais liberdade religiosa no Irã, mas também alerta para práticas discriminatórias em geral. Nadarkhani é cidadão iraniano e pode ter sua sentença anulada se ele negar a sua nova fé. Por não negá-la, ele segue na prisão, onde está desde 2009, aguardando sua morte. (MERICA, 2011)

A acusação contra Nadarkhani vai além da Lei da Apostasia, entre outras acusações que lhes foram acrescentadas com o passar do tempo, a mais importante é a da prática de proselitismo, ou seja, tentar converter outros iranianos muçulmanos ao cristianismo. Essa é uma das práticas mais perigosas no país, e que tornou a conversão de Nadarkhani algo público. Pois sua conversão poderia não levantar suspeitas, mas a prática do proselitismo o condena pelos dois crimes no Irã.

Casos como este não são tão incomuns no Irã quanto se poderia pensar. Este caso é um exemplo do quanto o país consegue controlar os fluxos de informações. Nadarkhani está preso desde 2009, mas seu caso só chegou ao conhecimento da mídia internacional no final de 2011.

A partir dos estudos sobre o conceito de segurança produzidos pela Escola de Copenhague, este trabalho analisará casos como o de Nadarkhani que acontecem no Irã e também na China, e porque as minorias religiosas se construíram como uma ameaça para esses governos. A identidade cristã desses indivíduos poderia estar acima de suas nacionalidades? Como estes cidadãos despertaram a atenção desses governos? Veremos essas questões ao longo deste trabalho.

O fundamentalismo islâmico tem crescido e se tornado cada vez mais alvo de estudos. O não cumprimento dos direitos humanos é um assunto extremamente atual, inclusive no caso do Irã. É preciso compreender como estes grupos vivem mediante as diversas restrições às liberdades previstas por lei no Irã, e como essas minorias religiosas convivem em sociedade com uma maioria muçulmana.

O atual presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad chegou ao poder em 2005. Uma característica marcante da sua campanha era seu discurso nacionalista, que visava transformar o Irã em um país importante no sistema internacional sem abandonar a fé islâmica. O presidente acusa o mundo ocidental, principalmente os Estados Unidos (EUA), de tentar impor o modelo do Ocidente ao resto do mundo. Para países como o Irã os EUA são a representação de como a liberdade, em doses exageradas, pode virar libertinagem. Muitas correntes teóricas como o liberalismo, vão incentivar que os Estados Unidos continuem com a missão de espalhar a liberdade ao resto do mundo. Porém, algumas teorias mais críticas afirmam que esta é apenas uma forma do país alcançar seus objetivos de forma mais fácil.

O Irã tenta resistir à tentativa de padronizar o mundo sob os moldes ocidentais. O país quer guardar seus valores, suas tradições, sua cultura e principalmente sua religião. Isso pode ser percebido através de diversos discursos proferidos pelo presidente do país, em locais como a Organização das Nações Unidas (ONU), e outros líderes do Estado. As sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU ao país por motivos diversos como violação de direitos humanos e a questão nuclear, são vistas como tentativas de impedir o crescimento do país como força oposta ao Ocidente.

O membro do *Majlis* (parlamento iraniano) Hossein Naqavi afirmou que os “inimigos” estavam tentando conter o progresso iraniano, principalmente em

termos econômicos. E reiterou que o país jamais pararia suas atividades nucleares pacíficas para ceder a exigências ilegítimas dos poderes “arrogantes” (IRNA, 2011). Em outras situações o próprio presidente fez declarações consideradas, pela opinião pública ocidental, polêmicas. Em uma sessão do Conselho de Segurança da ONU Ahmadinejad usou a questão da Palestina para criticar o Ocidente: “Como podem os países ocidentais usarem o Holocausto como desculpa para manter políticas opressivas?” (UOL Notícias, 2011)

Através desses pequenos exemplos podemos perceber que o Irã sente que as intervenções ocidentais, seja em sua política através de sanções, ou na política de outros casos do Oriente, como o caso da Palestina, acontecem sempre no intuito de demonstrar que o modelo ocidental é superior e por isso deve ser copiado. Para o Irã todas as intervenções ocidentais não levam em conta a cultura local, que é diferente, porém não é inferior em nenhum sentido. Por isso grande parte das sanções impostas ao país não geram resultados.

E é necessário destacar que o termo “Ocidente” está diretamente ligado ao cristianismo. Oliver Stuenkel afirma essa ligação da forma seguinte:

“One of the most common dimensions used to define the West is the historical-religious dimension, which highlights the importance of Christianity. Historians identify Western Christianity as the precursor of the West. In the future, culture-shaping events such as the Reformation, the Counter-Reformation, and its intellectual legacy, would impact Western Christendom, but not Eastern Orthodoxy.” (STUENKEL, 2011, p.182)

O caso da China é diferente do iraniano no que diz respeito aos direitos humanos. É comum serem divulgados relatos sobre a falta de liberdade dentro do país. O governo chinês censura a internet (ONG Great Fire) e a liberdade de expressão pode gerar consequências drásticas. Além disso as mulheres sofrem diversos tipos de discriminação (Estadão, junho de 2009) apesar de serem protegidas pela Constituição do país.

Os grupos religiosos minoritários cristãos não estão de fora dessas restrições, ao contrário, aqueles que pertencem a grupos não registrados oficialmente correm diversos riscos, como de serem presos, torturados,

perseguidos e até mesmo mortos. Estimava-se em 2010 que cerca de 40 bispos católicos estavam presos no país (CARDOSO, 2011). Isso pode ocorrer embora a liberdade religiosa também seja assegurada pela Constituição chinesa, como também é no Irã. Na China existem igrejas controladas pelo governo, estas fazem parte do Movimento Patriótico das Três Autonomias. São igrejas criadas e controladas pelo governo, a fim de que o cristianismo não cresça longe de seus olhos. As igrejas não registrados muitas das vezes buscam não sofrerem intervenções do governo que afetem suas reuniões.

A China tenta isolar sua população contra qualquer influência estrangeira. Enquanto no Irã não se medem esforços para manter a República Islâmica, a China quer manter o socialismo vivo no país apesar da tendência mundial ser diferente. Esse é inclusive um dos motivos que afasta o país do Ocidente e o modelo liberal com que ele se apresenta.

Na China também há uma resistência em relação ao Ocidente. A relação da China com o Ocidente não é das mais amigáveis. Os chineses acusam os países ocidentais de serem responsáveis por muitos conflitos ao redor do mundo e muitas vezes por agirem baseados apenas em seus próprios interesses. Não é incomum a China se colocar em posições contrárias às ocidentais nas votações da Assembleia Geral da ONU e do Conselho de Segurança, nem sempre com a intenção de demonstrar sua inimizade, mas de fato, isso aumenta a tensão entre os países.

China e Irã compartilham alguns pontos em comum. Ambos países acreditam que o “Ocidente” quer impor conceitos universais sem se preocuparem com as peculiaridades de cada cultura, e isso será investigado mais a fundo no capítulo dedicado aos Direitos Humanos. Por isso se posicionam contra essa padronização proposta pelos ocidentais. O nacionalismo nesses países entra como forma de combater as influências externas indesejáveis. Irã e China tentam manter seus países blindados do modelo liberal propagado pelo Ocidente.

Nos dois países, podemos perceber que o cristianismo está associado à noção do Ocidente. Como China e Irã receberam em seu território missionários ocidentais que buscavam evangelizar seus cidadãos, as religiões cristãs se tornaram uma espécie de ponte do Ocidente com estes países. Principalmente no catolicismo, onde independente do país que residam, os fiéis são submissos a um líder escolhido pela Igreja Católica Mundial, o Papa. Converter cidadãos iranianos

ou chineses ao cristianismo, para eles é abdicar da cultura nacional em favor dos valores cristãos ocidentais.

Ao contrario do que se previa a religião tem ressurgido com um tema relevante para os assuntos internacionais. Com o crescimento da ciência e da tecnologia, muitos acreditavam que o tema perderia cada vez mais sua força política. Porém as comunidades religiosas demonstram a importância do assunto, embora haja poucos estudos sobre religião dentro do campo das Relações Internacionais. O caso iraniano é um exemplo que a religião pode influenciar a política do país, e sua conduta na política internacional. Como o Irã, existem muitos outros países cuja política é baseada na religião, ou sofre grandes influências. (HATZOPOULOS, PETITO, 2003, p.107)

Este tema foi escolhido para entender como as teorias de segurança podem ou não ser aplicadas no caso das minorias religiosas que vivem no Irã e na China. Os estudos sobre securitização e desecuritização estão ganhando cada vez mais espaço nos debates de Segurança Internacional e através desses dois conceitos esses dois casos serão analisados.

Com a expansão do conceito de segurança, muitos assuntos se tornaram objeto nos estudos deste, como meio ambiente e imigração. Muitos teóricos foram contra esse movimento afirmando que a expansão do tema nem sempre é o melhor caminho. Assim surgiu o movimento contrário a este, que tem por objetivo desecuritizar alguns temas. Esse movimento surge quando os estudos sobre securitização foram utilizados na Dinamarca afim de fortalecer seu nacionalismo, justificando a discriminação contra muçulmanos. Wæver e Buzan, principais teóricos da securitização na Escola de Copenhagen, são os mesmos que vão escrever sobre a desecuritização após o caso da Dinamarca.

Este trabalho de pesquisa utilizará esses estudos, de securitização e de desecuritização para entender as particularidades dos casos iraniano e chinês. Dessa forma é preciso analisar como a relação desses países com o Ocidente foi construída, através dos discursos e qual a influência dessa relação no tratamento das minorias cristãs. Precisamos entender se esses países enxergam esses grupos como uma ameaça ao desejo de terem um país unificado através do nacionalismo. Com isso a pergunta central sobre a qual esse trabalho se desdobrará é a seguinte:

Porque as minorias religiosas são tratadas como ameaças existenciais no Irã e na China? Há uma ligação entre essas minorias e o Ocidente?

A partir de então, outras perguntas podem ser feitas. Esses grupos minoritários poderiam apresentar alguma ameaça a homogeneidade do Regime Islâmico no Irã/a Republica Popular da China? O governo tem produzido medidas para que essas minorias se sintam parte do país? Como a relação conturbada desses países com o Ocidente influencia no tratamento desses grupos?

A pesquisa será conduzida a partir da pergunta principal, buscando respostas para a mesma e para as demais perguntas que podem ser feitas a partir dela. Todas as questões serão conduzidas através das teorias de securitização. A análise dos discursos também será utilizada na tentativa de alcançar as respostas desejadas, através das medidas e discursos feitos pelo governo.

Analisaremos brevemente da história dos dois países, com o objetivo de identificar como a relação deles com o Ocidente foi sendo construída e de que maneira ela pode acarretar dificuldades no tratamento desses países com os cristãos presentes nos seus territórios. Com a finalidade de falsificarmos as nossas hipóteses, analisaremos discursos feitos por líderes chineses e iranianos que possam comprovar a hipótese de que a relação de inimizade entre China/Irã e o Ocidente é a principal causa para que os cristãos sejam perseguidos nesses países.

Para iniciar, no capítulo a seguir, veremos como os estudos da Escola de Copenhague nos ajudam para realizar essas análises. Através dos estudos de securitização é possível examinar como o Ocidente se tornou uma ameaça para esses países, e dessa forma, quando os cristãos também passaram a ser considerados uma ameaça a homogeneidade das duas nações. Para isso é necessário entender em que contexto surgem os estudos da Escola de Copenhague, e como eles se encaixam nos estudos de securitização.

No terceiro capítulo será analisado de forma breve o surgimento dos Direitos Humanos na agenda internacional, e o debate entre universalistas e relativistas. Dentro desse debate é possível posicionar China e Irã, que muitas das vezes não aceitam retaliações, por acreditarem que tais direitos não consideram as diferenças culturais entre os países. Dessa forma, agem de acordo com sua cultura e seus costumes.

No quarto capítulo iniciaremos os estudos de caso, a começar pelo Irã. Veremos um pouco da história do país, e como sua relação com o Ocidente foi sendo construída. Conheceremos os grupos minoritários cristãos que vivem no Irã, e como eles vivem no país. As restrições que estes sofrem no dia a dia. Também analisaremos os discursos de líderes iranianos a fim de comprovar ou não a hipótese de que estes grupos são vistos como ameaças por serem considerados exponentes do ocidente.

No quinto capítulo continuaremos o estudo de caso, estudando a China. Como sua trajetória histórica foi traçada, e a partir de que momento o Ocidente se tornou uma ameaça aos planos nacionais do país. Veremos como os cristãos chegaram no país, e como eles vivem na China, que tipo de privações sofrem por seguirem uma religião tida como ocidental. Como no caso iraniano, analisaremos alguns discursos de líderes chineses com o objetivo de comprovar ou não a hipótese levantada por este trabalho.

No sexto e último capítulo, será feita uma conclusão a partir dos dados expostos ao longo do trabalho. É neste capítulo que a hipótese poderá ser comprovada, ou refutada. Nele saberemos a que conclusões podemos chegar para compreender o caso das minorias cristãs no Irã e na China.